



**A PROMESSA E OS VOTOS
NA ORDEM DOS CARMELITAS DESCALÇOS SECULARES
(OCDS)**

ROMA 2016

A PROMESSA E OS VOTOS

NA ORDEM DOS CARMELITAS DESCALÇOS SECULARES

Vivemos um tempo na Igreja, no qual muitos fiéis leigos reunidos em torno dos vários movimentos em associações de leigos, procuram viver os conselhos evangélicos de uma forma mais comprometida, inclusive através de alguma forma de consagração de vida, ou também com a emissão de algum vínculo, tais como promessa, votos ou outros.

Desta forma muitos fiéis leigos, reunidos em Ordens Terceiras ou Ordens seculares, buscam viver o carisma de um Instituto religioso e sob a sua direção e autoridade cultivam a busca da perfeição da caridade e exercem o apostolado no mundo de acordo com o seu carisma.

É certo que as atuais *Constituições* da Ordem Secular do Carmelo Descalço (2003/2014) contém algumas reflexões e orientações sobre a promessa e os votos. Mas pareceu-me bem aprofundar alguns aspectos deste compromisso levando em conta a vocação laical, como a entende o Magistério eclesiástico.

Como entender então hoje a promessa e os votos que os membros da Ordem dos Carmelitas Descalços Seculares emitem? Qual é o seu significado?

Na tentativa de responder a estas perguntas, parto fazendo uma breve história sobre o sentido dos votos no passado e da promessa em perspectiva teológica, adiantando que esta tem como meta ajudar a viver o seguimento de Jesus já começado com o Batismo. Em seguida, faremos uma breve reflexão sobre o significado da promessa emitido na Ordem Secular. Por fim, termino com uma reflexão sobre o seguimento de Jesus no espírito dos conselhos evangélicos de castidade pobreza e obediência e das bem-aventuranças.

Com estas reflexões - que necessitam ser ampliadas e aprofundadas na própria vida por cada um dos membros da Ordem Secular - espero ajudar a situar e compreender o significado do compromisso que os leigos da OCDS fazem com a Ordem. A finalidade de tudo é a de testemunhar o Evangelho na realidade secular, segundo o carisma carmelitano-teresiano.

Antes de terminar, agradeço as sugestões, correções e revisões no texto feitas no texto em espanhol pelo Frei Luis David OCD, Frei Pedro Zubieta OCD e Frei Aloysius Deeney OCD. Especial agradecimento a Myrna Torbay da OCDS de Ávila pela sua paciente revisão do texto.

Para esta versão em português, agradeço à Marcia Andrade da OCDS de Itapetininga-SP, pela tradução do espanhol, a qual foi revisada por mim.

Espero que estas linhas sejam úteis aos leitores de língua portuguesa, especialmente aos que estão em formação na OCDS. Confio todos à proteção da Sagrada Família, a fim de que seguindo os passos de Jesus, como o fizeram Maria e José, possam ser sinal do Deus vivo em meio ao mundo.

Fr. Alzimir F Debastiani OCD.

Roma, Fevereiro 2017

1. Breve percurso histórico: de votos a promessa

Voltamos nosso olhar no tempo, para o ano de 1452, ano no qual o Papa Nicolau V com a bula *Cum nulla fidelium* (7 de outubro) autoriza o P. Geral da Ordem Carmelita, B. John Soreth a erigir canonicamente a segunda Ordem (Monjas) e a Ordem terceira (leigos) do Carmo. Isto deu a possibilidade de participação na espiritualidade do Carmelo aos leigos, como já existia nos Franciscanos, Dominicanos e Agostinianos. Mais tarde a bula *Dum attenta* de Sisto IV (de 28 de novembro de 1476) tornou mais explícita a estruturação desses grupos.

Naquele tempo os leigos faziam seus compromissos na Ordem através dos votos, como consta nos missais antigos da Ordem do Carmelo, tanto num publicado em Veneza em 1504, onde aparece um rito para a emissão dos votos de pobreza, castidade e obediência, como em outro de 1587, que menciona somente aos votos de castidade e obediência, permitindo a admissão de pessoas casadas¹.

Mais tarde, já com a Reforma teresiana, o Papa Clemente VIII com a bula *Cum dudum* de 23 de março de 1594, estende à Ordem dos Carmelitas Descalços os privilégios anteriores concedidos à Ordem dos Carmelitas; com isso os Carmelitas Descalços podem organizar grupos de leigos junto aos conventos. No entanto e apesar de que as Constituições de Alcalá de 1581 proibiam explicitamente a aceitação de leigos, temos notícias que por volta do ano de 1600 o P. Pedro da Mãe de Deus OCD, Superior do 1º convento dos Descalços em Roma (Santa Maria della Scala), admitia seculares que eram chamados "*tertiarii ad instar*"². Foi uma experiência que serviu de modelo para vários grupos em diferentes países da Europa.

O fato constante é que sempre existiram leigos comprometidos com a Ordem, no espírito dos conselhos evangélicos de castidade e obediência, de acordo com o seu estado de vida, emitidos nas mãos dos Superiores da Ordem³, e que viviam a espiritualidade do Carmelo Teresiano imitando a perfeição da vida religiosa no mundo, em sua vida familiar e de trabalho; formavam-se perto dos conventos, associados em fraternidades, oratórios ou irmandades. Recordamos que naquele tempo, de acordo com a noção de Igreja, a perfeição evangélica e a busca de santidade estava reservada para

1. Cf. Carta do P. Geral OCD à Congregação do culto divino pedindo a aprovação do Ritual da Ordem Secular, Roma 26 de junho de 1990.

2. Cf. Isidoro a Sancto Ioseph, *Historia generalis fratrum discalceatorum Ordinis B. Virginis Mariae de Monte Carmelo; congregationis S. Eliae*. Tomo I. Romae, ex typographia Philippi Mariae Mancini. 1668.p. 198 e ss . Disponível em: <http://books.googleusercontent.com/books/> Cf. V. Macca, *Appunti per una storia*, en, Anastasio del SS. Rosario, *Partecipi dello stesso carisma; L'Ordine Secolare dei Carmelitani Scalzi*. Firenze: Fiamma teresiana 1980. p. 71-83.

3. Isto podemos presumir como um antigo costume na Ordem, presente já no Missal da Ordem editado em Veneza no ano de 1504 no qual se previa um rito para receber pessoas com votos simples de castidade, pobreza e obediência. Uma outra referência aparece no Missal editado em Roma no ano de 1587, onde há o rito para receber membros como os votos de castidade e obediência, sendo possível a admissão de pessoas casadas na Ordem Terceira. Este costume permanecerá nas edições posteriores e será a norma e o costume até nossos dias para a emissão dos votos.

religiosos e aos clérigos, como expressavam os teólogos e documentos do Magistério da Igreja da época.

Nos séculos XVII-XVIII foram elaborados vários outros escritos que procuraram unificar e organizar a vida dos leigos pertencentes à Ordem Terceira do Carmelo teresiano. Um dos mais importantes é o que foi publicado em Marselha, no ano de 1708: *Regra, cerimonial e diretório das irmãs da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo e santa Teresa estabelecida em diversas cidades da França, Itália, Espanha e Alemanha*. Este escrito foi de alguma forma o precursor do Manual de 1921, que apresentaremos a seguir.

1.1. O Manual de 1921

Foi o primeiro documento oficial da Ordem Terceira dos Carmelitas Descalços aprovado pela Sé apostólica em 6 de março de 1921, pelo papa Benedito XV⁴. Intitulado *Regra da Ordem Terceira Secular da Bem-aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo e da Santa Madre Teresa de Jesus*, está estruturado em 2 partes (I - Da natureza da Ordem Terceira e os deveres dos terciários; II – Do regime da Ordem Terceira) e com um total de 162 artigos.

Se bem que todo seu conteúdo seja importante, vamos nos deter no que se refere aos votos como expressão originária do que conhecemos hoje como promessa. Naquele tempo e de acordo com o Código de Direito Canónico de 1917, as Ordens Terceiras eram "instituídas para promover a perfeição da vida cristã entre os membros no meio do mundo (cc. 685; 700; 712§1)"⁵.

A *Regra* fala de *votos de obediência* (Cap. VIII) e *castidade* (Cap. IX). O voto de *obediência* é aos Superiores da Ordem naquilo que está previsto na *Regra*. O voto de *castidade* obriga a viver castamente de acordo com o estado em que se encontra quando alguém faz a promessa, porém não impede de mudar de estado de vida. Estes votos são

4. A *Regra* encontra-se na obra: *Terz'Ordine Secolare della Beata Vergine Maria del Monte Carmelo e della Santa Madre Teresa di Gesù* (=Manual) Milano, Casa editrice S. Lega Eucaristica, 1921. Del manual hacen parte 1) La carta del Preposito general, Fr Luca de María Santísima (13 de abril de 1921); 2) Decreto de aprovação definitiva e de confirmação da *Regra* do papa Bento XV (Prot. N. 20581-19. C. 20) – com data de 6 março 1921; 3) La Regola del Terz'Ordine Secolare della Beata Vergine Maria del Monte Carmelo e della Santa Madre Teresa di Gesù; 4) Rituale o Cerimoniale del Terz'Ordine Secolare della Beata Vergine Maria del Monte Carmelo e della Santa Madre Teresa di Gesù; 5) Appendice: Sommario delle Indulgenze, dei Privilegi ed indulti del Terz'Ordine secolare della Beata Vergine Maria del Monte Carmelo e della Santa Madre Teresa di Gesù; 6) Formulários diversos: per registrazione, per la relazione dei Capitoli, per verbale delle adunanze e Attestato di Vestizione e Professione. En otra edición del manual hecha en Roma no ano de 1943, há despois da *Regra* um apêndice per gli Aspiranti al Terz'Ordine Carmelitano Teresiano: são algumas orientações e educação dos Aspirantes na Ordem Terceira, baseada nas instruções dos frades, nn 297-299; foi aprovado no ano de 1927 pelo Definitório Geral da Ordem.

5. Cf.: Juan José Echeberría, *Asunción de los Consejos Evangélicos en las Asociaciones de fieles y movimientos eclesiales; investigación teológico-canónica*. Gregorian University Press. Roma 1998, p. 29.

feitos para sempre, após um ano de "noviciado" e renovados devocionalmente na festa da Santa Cruz (14 de setembro) e na Epifania⁶.

É interessante ressaltar o número 31 da *Regra* respeito aos votos e que denota a sua diferença dos votos religiosos:

“Os votos de obediência e castidade, de acordo com a nossa Regra da Ordem Terceira, não tem o mesmo alcance dos votos religiosos e terminam com a saída da Ordem Terceira; estes tem como finalidade uma maior e mais perfeita observância da lei de Deus e da Santa Mãe Igreja, enquanto elevam em maior grau a prática das virtudes cristãs e lhes acrescentam valor e mérito, aumentando um valor sagrado ao dever que os fiéis tem, de depender humildemente dos próprios superiores e conservar a pureza de corpo e de espírito em cada estado de vida”.

Além disso, no *Ritual* ou *Cerimonial* da Ordem Terceira publicado no Manual, não há um rito para votos e outro para a promessa como teremos no Ritual do 1990⁷.

1.2. A Norma de vida (1979)

A *Regra* de 1921 esteve em vigor até 1970, quando foi elaborada *ad experimentum* a *Norma Vida*. Será aprovada definitivamente pela Congregação dos religiosos a 10 de maio de 1979 (Prot. N.C.-20/79). Nela buscou-se atualizar a doutrina e conteúdo do Concílio Vaticano II sobre o fiel leigo, a fim de compreender melhor a identidade e a missão dos leigos da OCDS na Igreja, bem como adaptar o carisma do Carmelo Teresiano ao estado de vida laical, não mais como uma imitação da vida religiosa.

Uma primeira mudança foi no nome: de Ordem Terceira passa para *Ordem Secular dos Carmelitas Descalços*, em conformidade com a tradição, como haviam sugerido muitas fraternidades. Outra mudança foi na forma de compromisso dos leigos com a Ordem: em vez de votos, agora emitia-se a *promessa*⁸ (Art. 11-14). Esta estabelece uma nova forma de compromisso temporário de 3 anos - e não para sempre como é dito na fórmula para os votos da *Regra*-, ao final dos quais pode-se emitir a promessa definitiva.

Os votos aparecerão nos art.15-16 como uma opção livre para aqueles que os solicitassem, depois de ao menos 1 ano da promessa definitiva. Eles têm o mesmo

6. Cf. *Manuale del Terz'Ordine Secolare della Beata Vergine Maria del Monte Carmelo e della Santa madre Teresa de Gesù*. Roma, Tip. Bracony, 1943, n. 29-30. No número 29, a fórmula da profissão diz: “EU, N. N. faço a minha profissão, e prometo a Deus, a Santíssima Virgem Maria do Monte Carmelo, a nossa Santa madre Teresa, ao Superior da Ordem, obediência e castidade, segundo a Regra da Ordem Terceira, o que eu quero observar com a maior perfeição que eu posso, até a morte”.

7. Em outra edição do manual na edição italiana de 1963 e publicado pelo Secretariado Geral da Ordem Terceira de Roma, entretanto dos documentos da edição anterior, há também um Catecismo da Ordem Terceira, elaborado com 158 perguntas e respostas. Com relação aos votos, se referem as perguntas 57-69, nas quais buscam explicar a matéria dos votos e dar orientações para vive-los, evitar os pecados contra de eles, etc.

8. Não temos notícias sobre processo percorrido para a mudança de votos a promessa, na *Norma de Vida* de 1979. A *Lumen Gentium* (=LG) 44 fala de votos ou outros vínculos sagrados, que podem ser o juramento, a oblação, etc

conteúdo e interpretação da promessa, mas com a seguinte explicitação: "os votos aumentam o mérito da virtude da religião para praticar a castidade e obediência e representam uma oferta mais completa de si mesmo e tem uma maior responsabilidade moral" (*Norma*, Art. 15).

1.3. As Constituições (2003)

Uma etapa seguinte na legislação Ordem Secular foi a elaboração das *Constituições* nos anos 2000-2003. Foi o resultado dos avanços na reflexão e valorização da vocação dos leigos na Igreja e no interno da Ordem, motivado pelos acontecimentos eclesiais da época.

O Sínodo dos Bispos de outubro de 1987 versou sobre a vocação e a missão dos fiéis leigos na Igreja. No ano seguinte João Paulo II publicou Exortação Apostólica *Christifideles laici* (= ChL), a qual procurou destacar e resumir os ensinamentos do Concílio Vaticano II sobre os leigos, por ocasião dos 20 anos de sua conclusão. Alguns anos mais tarde, outro evento eclesial importante foi o Sínodo dos Bispos de 1994 sobre a vida consagrada. Com a publicação da Exortação Apostólica *Vita Consecrata* (= VC) por parte do papa João Paulo II em 1996, se faz menção explícita aos leigos que participam na espiritualidade de institutos religiosos; este é o tema que nos interessa, porque foi através dele que trouxe de volta a necessária colaboração dos leigos na missão dos religiosos. Recordando as experiências das Ordens Terceiras, chama os leigos a uma comunhão e colaboração com a missão dos Institutos. O documento afirma:

"Devido a novas situações, muitos institutos chegaram a convicção de que *seu carisma pode ser compartilhado com os leigos*. Estas são, portanto, convidadas a participar mais intensamente na espiritualidade e na missão do mesmo Instituto. Em continuidade com as experiências históricas de várias ordens seculares ou ordens terceiras, podemos dizer que começou um novo capítulo, rico de esperanças, na história das relações entre as pessoas consagradas e os leigos.

Esses novos caminhos de comunhão e união merecem ser encorajados, por diversos motivos. Com efeito, esta pode surgir principalmente da irradiação ativa da espiritualidade fora das fronteiras do Instituto, que contará com novas energias, assegurando a igreja a continuidade de suas formas típicas de serviço. "Uma outra consequência positiva também pode consistir em um esforço conjunto entre as pessoas consagradas e leigos em ordem à missão: movidos pelo exemplo de santidade das pessoas consagradas, os leigos serão introduzidos numa experiência direta do espírito dos conselhos evangélicos e animados para viver e testemunhar o espírito das bem-aventuranças para transformar o mundo segundo o coração de Deus" (cf. VC 54-55; cf. 98).

Tais eventos eclesiais estimulam num primeiro momento na Ordem do Carmelo Descalço, a realização dos Congressos internacionais da Ordem Secular em 1996 em Roma e em 2000 no México.

Como consequência viu-se a necessidade de rever e atualizar a *Norma de Vida* de 1979, tendo em conta as diretivas do Magistério Eclesiástico. O trabalho foi desenvolvido desde 2000 até o ano de 2003 por uma Comissão composta por 10 membros da OCDS de várias partes do mundo, juntamente com o Delegado Geral para a OCDS, Fr. Aloysius Deeney OCD. Em 2003 (a 16 de junho; Prot. N C 228-1/2003) foram aprovadas as *Constituições da Ordem Secular dos Carmelitas Descalços* pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica (=CIVCSVA), que é o órgão competente da Santa Sé para as Ordens seculares.

Nas atuais *Constituições* da OCDS, a promessa é tratada no capítulo 2, que fala sobre o seguimento de Jesus no Carmelo laical; os votos no capítulo 7 (n.º 39), que se refere à “organização e governo” no Carmelo Secular. A promessa é um compromisso com a Ordem e com a Comunidade, com o fim de buscar a perfeição da caridade no espírito dos conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e das bem-aventuranças. Já os votos são de livre eleição e o tempo e as circunstâncias para emití-los após a promessa definitivas são determinados pelos Estatutos provinciais (cf. *Constituições* OCDS 58); ao mesmo tempo requerem o consentimento do Conselho da Comunidade e a permissão do Provincial. Aqui há uma distinção clara na forma de compromisso e privilegia o seguimento de Cristo iniciado no Batismo, agora vivido segundo o carisma do Carmelo Teresiano.

* * *

Com esta breve retomada através dos documentos da Ordem vimos como a forma do compromisso dos leigos com a Ordem passa de votos a promessa. Ao mesmo tempo mantém os votos de castidade e obediência – estritamente pessoais- àqueles que livremente os pedirem.

A seguir, aprofundaremos a compreensão da promessa, levando em consideração os documentos do Magistério e as *Constituições* da OCDS. É apenas um início de uma reflexão para um tema que precisa ser melhor aprofundado. O que aqui apresentamos é uma pequena contribuição para sua compreensão, pois não se encontram muitas reflexões sobre isso.

2. A promessa e os votos: viver o espírito dos conselhos evangélicos na vida laical

No centro da doutrina do Concílio Vaticano II (1962-1965) sobre a Igreja está a compreensão de si mesma como *mistério de comunhão* de todo o povo de Deus⁹. Todos os membros da Igreja nos diversos estados de vida - leigos, religiosos e clérigos – formam o Povo de Deus, possuem igual dignidade fundada no Batismo e são complementares¹⁰ no exercício da missão na Igreja¹¹. Ao mesmo tempo, todos participam na comum vocação à santidade, que consiste na perfeição da caridade, segundo o seu estado de vida¹².

Em todos os estados de vida, é necessário viver os conselhos evangélicos, como afirma a VC:

"Na verdade, todo aquele que foi regenerado em Cristo é chamado a viver, pela força que lhe vem do dom do Espírito, a castidade própria do seu estado de vida, a obediência a Deus e à Igreja, e um razoável desapego dos bens materiais, porque todos são chamados à santidade, que consiste na perfeição da caridade. Mas o Batismo, por si mesmo, não comporta o chamamento ao celibato ou à virgindade, a renúncia à posse dos bens, e a obediência a um superior, na forma exigida pelos conselhos evangélicos. Portanto, a profissão destes últimos supõe um dom particular de Deus não concedido a todos, como Jesus mesmo sublinha no caso do celibato voluntário (cf. *Mt* 19, 10-12)". (VC 30).

O específico da missão dos leigos na Igreja, "em virtude da índole secular da sua vocação, reflete o mistério do Verbo encarnado sobretudo enquanto Ele é Alfa e Ômega do mundo, fundamento e medida do valor de todas as coisas" (VC 16); é

"procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, em toda e qualquer ocupação e atividade terrena, e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência. São chamados por Deus para que, aí, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento, e deste modo manifestem Cristo aos outros, antes de mais pelo testemunho da própria vida, pela irradiação da sua fé, esperança e caridade. Portanto, a eles compete especialmente, iluminar e ordenar de tal modo as realidades temporais, a que estão estreitamente ligados, que elas sejam sempre feitas segundo Cristo e progridam e glorifiquem o Criador e Redentor" (LG 31; Cf. ChL 14-15).

Para o cumprimento desta missão, a Igreja reconhece a liberdade dos fiéis batizados de formar e participar nas associações de fiéis, como ajuda mútua na vida espiritual e no desenvolvimento de um apostolado específico em nome da Igreja. É o caso das Ordens Terceiras ou Seculares, as quais participam do carisma de um Instituto religioso no

9. Cf. ChL 18-19.

10. LG 17. 33; ChL 20; 55.

11. Cf. *ibid.* 23; VC 31.

12. LG cap. V, esp. 39.42

mundo e tem como finalidade dedicar-se ao apostolado, buscando a perfeição cristã sob a direção do Instituto, em conformidade com os estatutos próprios¹³.

No caso da Ordem do Carmelo Descalço Secular (= OCDS) as *Constituições* determinam o compromisso com a Ordem dos Carmelitas Descalços através da Promessa, que assim vem definida:

O seguimento de Jesus, como membros da Ordem Secular se expressa através da promessa de tender à perfeição evangélica no espírito dos conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e das Bem-aventuranças. Por meio desta promessa se reforça seu compromisso batismal no mundo a serviço do projeto de Deus. Ela é um penhor de santidade pessoal, que necessariamente leva a um empenho de compromisso serviço à Igreja na fidelidade ao carisma de carmelitano-teresiano. A promessa é feita diante dos membros da Comunidade como representantes de toda a Igreja e na presença do Delegado do Superior da Ordem "(*Constituições da OCDS* 11).

Porém nos perguntamos: *o que significa fazer uma promessa?* É o que buscaremos aprofundar a seguir.

2.1. As promessas em geral

Para a compreensão da promessa que é feita no Carmelo Secular, partimos do Catecismo da Igreja Católica (= CIC), referindo-se à promessa em geral:

"Em muitas circunstâncias, o cristão chamado a fazer promessas a Deus. O Batismo e a Confirmação, o Matrimônio e a Ordenação comportam sempre promessas. Por devoção pessoal, o cristão pode também prometer a Deus tal ou tal ato, uma oração, uma esmola, uma peregrinação, etc. A fidelidade às promessas feitas a Deus é uma manifestação do respeito devido à majestade divina e do amor para com o Deus fiel. (CIC 2101).

Do ponto de vista da Bíblia é evidente como "Deus aprovou o pacto e as promessas para que Ele mesmo se ligue a elas de tal modo que ele lhes seja fiel, sem esperar pela fidelidade de seu aliado; que ele cumpra suas promessas, mesmo que seu aliado permaneça sem cumpri-las"¹⁴. Deus cumpre as promessas porque é fiel a si mesmo e quer com elas criar um novo coração (Jer 31,33) naqueles que são os destinatários de sua promessa, como no caso de Abraão no AT. Da mesma forma ocorre na Nova Aliança: o que garante a realização da promessa é a ação do Espírito, que deve ser acolhido através da imposição da nova lei que é Jesus Cristo (Gál 3,16.19); uma observância e adesão que é espírito, que revigora e torna livres (cf. Gal 4; 5,1). Neste contexto a adesão a Jesus no seu Espírito, é adesão à promessa de Deus, à liberdade completa, ao amor. Assim, de qualquer ponto de vista que considerarmos a promessa, seja da parte de Deus que promete, seja da parte do homem que confia, a fidelidade de um e outro são os dois polos da justiça de Deus que busca a salvação dos homens.

13. cf. *Código de direito canônico* (=CDC) can. 303; ChL 29; VC 54-55.

14. Cf.: Rom 1,17; 3,5.21-25; 10,3. Para seguir com mais detalhes: L. Padovese, *Promesa y juramento*, em: http://www.mercaba.org/DicTM/TM_promesa_y_juramento.htm (aceso em 5 dezembro 2015)

Já no seu aspecto dinâmico, a promessa é o *aprofundamento da própria liberdade* na experiência do amor, no caminho do seguimento de Cristo. Como um caminho dinâmico, abre-se ao futuro e é projetado adiante em base à fé e à esperança. Isto requer que o fiel desenvolva a sua capacidade de amar, de viver em liberdade responsável, com decisão e realismo, rumo aos valores do Evangelho.

Ao mesmo tempo a promessa exige *abertura de si aos demais*, em disponibilidade para que o que lhes possa ser útil ou agradável ao destinatário da promessa (a Comunidade, a Igreja, a Ordem). Isto porque prometer é uma palavra chave na linguagem do amor: prometer significa empenhar ao mesmo tempo as potências pessoais e a própria fidelidade, proclamando-se seguros respeito ao futuro e seguros sobre si mesmos, o que significa suscitar no companheiro a adesão do coração e a generosidade da fé. “Por isso a fidelidade é condição para a confiabilidade; condição esta fundamental para as relações sociais e também na relação entre Deus e o homem. Promessa pede abertura e também tende a solicitar confiança, esperança e, portanto, amor”¹⁵.

Em síntese, o valor central da promessa está na fidelidade de Deus à sua Aliança por um lado e por parte do ser humano, consciência, liberdade, deliberação e decisão, que por sua vez são condições para a validade de uma promessa. Isso leva a pessoa a uma abertura de amor a Deus e aos outros.

2.2 Sentido da promessa na Ordem Secular

Tendo em conta a reflexão acima, busquemos agora o sentido da promessa na OCDS.

Semelhante, mas não no mesmo grau das promessas feitas nos Sacramentos, nos quais o cristão é consagrado, pertence a Deus definitivamente ou assume um serviço em nome da Igreja recebendo a graça própria do Sacramento para viver e exercer a missão conforme o Sacramento que recebe, a promessa que o Carmelita Secular emite aos Superiores da Ordem e à Comunidade exige veracidade¹⁶, fidelidade e determinação.

A promessa na OCDS é emitida num contexto litúrgico (Eucaristia, Liturgia das horas ou Celebração da Palavra). Isto significa ter presente a finalidade da Liturgia da Igreja: culto a Deus e a santificação da Assembleia (cf. *Sacrosanctum Concilium* (=SC) 10). Neste contexto, a pessoa manifesta a sua vontade pessoal diante da Comunidade/autoridade da Ordem de "seguir Jesus" e "tender à perfeição evangélica no espírito dos conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e das bem-aventuranças" (*Const.* 11). Aqui, o momento celebrativo reveste-se de um caráter semelhante ao das promessas nas celebrações dos Sacramentos, onde a pessoa chamada está respondendo a um chamado de Deus, vivificado pela caridade.

15 .Para seguir com mais detalhes: L. Padovese, *Promesa y juramento...* ibid.

16 A promessa quanto expressão verbal da vontade interior da pessoa implica viver de acordo com a verdade como pede o 8º mandamento: “A verdade ou veracidade é a virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro em seus atos e em suas palavras, evitando a duplicidade, a simulação e a hipocrisia” (CIC 2505).

A promessa é a manifestação da vontade de crescimento na perfeição do amor a Cristo e aos irmãos que já foi assumida com o Batismo; também é o humilde reconhecimento da necessidade da presença e ajuda do Outro-outro, para viver os conselhos evangélicos e viver com maior fidelidade o seguimento e configuração progressiva com Cristo. A promessa nos confronta com nossas fraquezas e finitude para lutar contra as grandes tentações que nos afligem: ter-pobreza, poder-obediência, prazer-castidade. Daí que a promessa é fonte de libertação: livra-nos de tudo o que nos impede de caminhar em direção à plenitude do ser, da dignificação e do amor. Só assim pode-se entender que a promessa "é um reforço do compromisso batismal no mundo a serviço do projeto de Deus", um "penhor de santidade pessoal" que conduz ao "compromisso de serviço à Igreja" em fidelidade ao carisma Carmelitano teresiano.

Portanto, se "fidelidade às promessas feitas a Deus é uma manifestação de respeito para a Divina Majestade e de amor ao Deus fiel" (CIC 2101), pode-se igualmente dizer que a fidelidade à promessa feita em Comunidade é uma manifestação de amor e respeito aos irmãos e irmãs da Comunidade e a toda a Ordem.

Tudo isso vem expresso através da fórmula com a qual se emite a promessa:

"Eu N... movido pela graça do Espírito Santo e respondendo ao chamado de Deus, sinceramente prometo aos Superiores da Ordem do Carmelo Teresiano e a vocês, meus irmãos, tender à perfeição evangélica no espírito dos conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e das Bem-aventuranças, segundo as Constituições da Ordem Secular dos Carmelitas Descalços, por três anos/toda vida. Confio filialmente a minha Promessa à Virgem Maria, Mãe e Rainha Carmelo"¹⁷.

Assim, o essencial sobre o tema da Promessa no Carmelo Secular é seguimento de Jesus e a participação de sua missão como resposta ao seu amor primeiro, para viver por causa Dele, no *espírito dos conselhos evangélicos e das Bem-aventuranças* na Comunidade. A Comunidade é então, o critério, a ajuda e o lugar onde serão traduzidos o relacionamento vivo e orante com Cristo e em ações concretas para com os irmãos e irmãs, assim como na vida de família e de trabalho (cf. ChL 30). Consequentemente e em conformidade com o estado de vida, condições e possibilidades de cada um, a promessa "reforça o compromisso batismal" e nos casados favorece "a vida de esposos e pais" (Const. 12); exige constante renovação devido ao dinamismo do seguimento de Cristo.

Consequentemente a promessa na OCDS pede o compromisso e o esforço pessoal para "adquirir a formação necessária para conhecer as razões, o conteúdo e o propósito do estilo de vida evangélica que assume" (ibid.). Isto porque a vida cristã tem como meta a vida eterna e é um caminho dinâmico, chamado a crescer e amadurecer continuamente, para dar sempre mais fruto em cada fase da vida pessoal. Por isso cada um deve assumir suas responsabilidades e produzir frutos para não ser

¹⁷ *Ritual OCDS* 1990, n. 42 A. No original: "...segundo a Norma de Vida."

cortado e jogado fora como o ramo estéril na parábola da videira e dos ramos no Evangelho (cf. Jo 15, 5-6; ChL 57).

2.3. *Os votos*

Os votos são um fenômeno presente em todas as religiões. De acordo com o Direito Canônico, os votos públicos são característicos da vida consagrada e da vida eremítica¹⁸ e neles está incluída a promessa, como define o *Código de Direito Canônico* (= CDC), citado no § 2102 do *CIC*:

"«O voto, isto é, a promessa deliberada e livre feita a Deus de um bem possível e melhor, deve cumprir-se por virtude da religião» (CDC, 1191§1). O voto é um ato de *devoção*, no qual o cristão se oferece a si próprio a Deus ou Lhe promete uma obra boa. Portanto, pelo cumprimento dos seus votos, ele dá a Deus o que Lhe foi prometido e consagrado. Os Atos dos Apóstolos mostram-nos São Paulo cuidadoso em cumprir os votos que fez (cf. Atos 18, 18; 21, 23-24)" (CIC 2102).

A promessa, como já vimos anteriormente, "não se faz diretamente a Deus, mas para a uma pessoa ou a uma instituição (Igreja, Instituto). Esta não obriga em virtude da religião, mas em virtude da fidelidade e significa uma doação da pessoa"¹⁹. Por outro lado, o voto é parte da virtude de religião e transforma a promessa em ato de culto ou de religião e é entendido como um dom de si no amor, de acordo com a virtude teologal da caridade²⁰ a qual leva-nos a "amar a Deus acima de todas as coisas, por Ele mesmo e o nosso próximo como a nós mesmos por amor de Deus" (CIC, 1822).

Além disso, da virtude de religião faz parte a justiça para com Deus, a qual consiste em ter a vontade firme e constante de dar a Deus o que lhe é devido (CIC 1807), ou seja, a adoração (CIC 2096-97), a oração (CIC 2018), o sacrifício (CIC 2099-2100), as promessas e os votos (2101-2103 CIC).

Por isso, o voto enquanto ato de virtude da religião, é resposta a uma chamada interior, por parte de Deus; é um ato de latria (adoração), de culto a Deus, que compromete toda a vida da pessoa que o emite e supõe fidelidade ao que foi prometido. Sua não observância tem como consequência o pecado. Portanto requer a virtude da humildade, juntamente com o espírito de oração confiante na graça de Deus, bem como na ajuda fraterna da Comunidade; são atitudes essenciais para uma resposta fiel a este chamado.

Para que o voto seja válido exige a *deliberação*. Este é um dos atos próprios do ser humano pelo qual o exercício da liberdade está ligado à capacidade de conhecer, de refletir e de querer; de assumir as consequências de tudo o que faz parte do voto. Por

18 Os votos são públicos quando os conselhos evangélicos são aceitos pelo legítimo superior em nome da Igreja (can. 1192,1). Cf. CDC can. 207,2; 573,2; 587,1; 603,2 607, 2; 654.

19 Juan José Echebarría, *La asunción de los consejos...*, id. p. 199.

20 Ibid. , p. 113.

isso o CDC estabelece que "todos os que gozam do uso normal da razão são capazes de emitir um voto" (CDC pode. 1191§2). A deliberação exige também a *liberdade*, a ausência de coerção interna ou externa, ou seja, a ausência de imposição por parte de outros, mesmo que seja o temor reverencial²¹.

Ao mesmo tempo o voto se faz buscando um *bem possível e melhor*, isto é, que seja possível de ser realizado e cumprido no futuro, bem como de um modo melhor daquele que vive no presente.

As *Constituições* da OCDS a falam dos votos no capítulo 7, o qual trata da organização e do governo na Ordem Secular. É uma escolha do legislador para dar mais ênfase ao seguimento de Cristo feito por meio da promessa, pois para o Concílio, os votos públicos são típicos da vida consagrada. O texto diz assim:

"Todos os fiéis de Cristo têm o direito de fazer votos²². Com o consentimento do Conselho da Comunidade e a permissão do Provincial, um membro da Ordem Secular, se desejar, pode fazer os votos de obediência e de castidade na presença da Comunidade. Esses votos são estritamente pessoais e não criam uma categoria diferente de pertença. Supõem um compromisso maior de fidelidade à vida evangélica, mas não transformam os que fazem em pessoas reconhecidas juridicamente como consagradas na mesma linha dos Institutos de vida consagrada. Aqueles que fazem os votos na Ordem Secular continuam, para todos os efeitos jurídicos, sendo leigos." (*Constituições da OCDS* 39).

Frei Pedro Zubieta comenta este número assim:

"As *Constituições*, recolhendo a tradição da Ordem Secular do Carmelo, prevê a possibilidade dos Carmelitas Seculares que o desejam, possam fazer votos de obediência e castidade. Trata-se de votos privados que o texto qualifica como "estritamente pessoais" e que não cria dentro da Comunidade uma categoria diferente de pertença à mesma; se bem que se fazem na presença da Comunidade e com o consentimento prévio do Conselho. Os votos supõem aqueles que o emitem "um compromisso maior de fidelidade à vida evangélica", mas não transformam os que os fazem em pessoas reconhecidas juridicamente como consagradas na mesma linha dos Institutos de Vida Consagrada. Aqueles que fazem votos na Ordem Secular continuam sendo leigos para todos os efeitos jurídicos.

Além disso, o âmbito ou o conteúdo dos votos de obediência e da castidade é o mesmo da respectiva promessa. A diferença como explicado, está na qualidade do vínculo"²³.

A qualidade do vínculo vem do fato que agora o voto é feito a Deus. No âmbito da virtude da religião, o voto compromete toda a vida da pessoa em um ato de culto ou de religião, como um ato de amor, segundo com a virtude teológica da caridade, fonte da vivência seja da promessa, seja dos votos.

21. Como por exemplo uma promessa que se faz a uma pessoa significativa em seu leito de morte, para fazer ou tomar qualquer carreira que a própria pessoa não se sente como bom grado escolhido livremente.

22 *Ritual da Ordem Secular*, Instrução, 9; 30-49

23. Pedro Zubieta, *Orden Seglar del Carmelo Teresiano; Regla, Constituciones y comentarios*. Roma 2003. pp 94-95.

Na prática, a castidade enquanto voto, é um chamado a viver a virtude da castidade segundo o estado de solteiro, casado ou viúvo/a. Obediência significa colocar a vontade própria sob a dos Superiores da Ordem e do Conselho da Comunidade, enquanto representam a vontade de Deus e segundo o que prescrevem as *Constituições da OCDS*. Com relação à pobreza, se bem que não seja admitida como voto, deve estar sob vigilância e chama a viver em sobriedade e solidariedade em relação ao uso dos bens materiais. Também é bom lembrar que todas as dimensões da vida cristã estão unidas na vivência dos conselhos evangélicos no seguimento a Cristo.

De tudo que foi dito, os votos na Ordem Secular exigem da parte da pessoa que se sente chamada a emití-los uma decisão madura, livre e dialogada no acompanhamento espiritual e com o Conselho da Comunidade. Não deve ser por vaidade, antes exige prudência (cf. Prov. 20,25), discernimento e uma decisão firme de um compromisso de viver o seu conteúdo em busca de um possível bem e melhor do que seu oposto. Por parte da autoridade da Comunidade exige respeito para com a pessoa que pede, discernimento à luz da fé, juntamente com uma séria tomada de consciência sobre a capacidade da pessoa que solicita emitir os votos, sobre seu testemunho de vida, perguntando-se se é para o seu crescimento, se há base humana suficiente, se há liberdade em quem os pedem, etc.

3. Viver o espírito dos conselhos evangélicos e das Bem-aventuranças

No processo de maturação e de crescimento dinâmico na vida da graça divina, é essencial uma adequada compreensão sobre o significado dos *conselhos evangélicos e das bem-aventuranças*. Eles são o conteúdo evangélico da promessa ao seguimento de Jesus.

Antes de tudo, a *finalidade e o significado de assumir os conselhos evangélicos*²⁴ com uma promessa está no fato de ser uma resposta livre a um chamado, a uma "relação de intimidade entre Cristo mestre e seu discípulo". "A vida cristã converte-se em resposta de amor aos convites feitos por Cristo à liberdade humana, em atitude de discípulo aberto à sabedoria encarnada, numa dimensão de confiança alegre e confiante". A vocação ao seguimento de Jesus é pessoal. É um "convite sem distinção, de colocar Deus acima de todas as coisas e cumprir sua vontade, que se concretiza em diversas opções vocacionais, segundo a missão própria e a situação concreta; segue-se a Jesus tanto com a fidelidade ao matrimônio indissolúvel como no celibato pelo Reino; seja doando tudo aos pobres, como oferecendo apenas a metade dos bens (Mc 10,21; Lc 19,8); tanto abandonando tudo para ficar com Ele como permanecendo no próprio ambiente (Mt 19,7; (Lc 8, 38-39).

Os conselhos não tendem a impor ou nivelar, mas sim *persuadir*, convencer, a comprovar pessoalmente e comprometer-se com uma decisão livre e pretendem "fazer triunfar a vida mediante a entrada no reino de Deus; prometem alegria, bem-aventurança, vida eterna. São um chamado a ver que eles não são uma limitação dos direitos individuais e sim que levam à liberdade"²⁵.

Portanto, em seu profundo significado antropológico são garantia de que "a escolha destes conselhos, longe de ser um empobrecimento dos valores autenticamente humanos, se apresenta como uma Transfiguração deles próprios. Os conselhos evangélicos não hão de ser considerados como uma negação dos valores inerentes à sexualidade, ao desejo legítimo de dispor dos bens materiais e de decidir autonomamente de si mesmo. Essas inclinações, enquanto fundada na natureza, são boas em si mesmas" (VC 87).

24 Cf.: S. de Fiores, *consejos evangélicos*, http://www.mercaba.org/DicES/C/consejos_evangelicos.htm. Acessado em 07 de dezembro de 2015; cf.: Juan José Echeberria, *Assunção dos conselhos evangélicos nas associações de fiéis e movimentos eclesiais; investigação teológica e canônica*. Gregorian University Press. Roma, 1998, p. 74-75: "A essência da prática dos conselhos evangélicos é, portanto, seguir Cristo mais de perto, para participar do mistério pascal de forma mais estreita e radical, em antecipação aos outros, para quem este irá ter lugar, pelo menos, no momento da morte "... para todos os batizados, de acordo com as diferentes condições de vida, a pobreza real é uma exigência, mas não até a liberação dos bens terrenos; de castidade, mas não à renúncia do casamento; de obediência, mas não da renúncia à vontade própria para com os que têm o lugar de Deus ... Portanto, os leigos são convidados a viver os conselhos evangélicos de um modo particular, mas diferente daquele da vida consagrada, mas sem que isso implique uma experiência irreal ou acessório do seu compromisso. A radicalidade evangélica, que exige um amor total ao Senhor e a perfeição da caridade, é feita a todos os cristãos, através das várias vocações cristãs que integram reciprocamente e juntos, realizam a *sequela Christi* na Igreja".

25 Juan J. Echebarría, *Asunción...* p. 75. Cf. Ghirlanda, *El Derecho de la Iglesia*, 103, en, *Ib...*p. 76-77.

O certo é que para se chegar à maturidade na vida cristã segundo os conselhos, torna-se necessário uma "assimilação dos conselhos do Senhor mediante a escuta humilde, a reflexão, a decisão e a verificação da experiência"; tudo isso "transforma o cristão em um homem sábio e espiritualmente maduro, capaz à sua vez de ajudar os outros com o conselho"²⁶. Por outro lado, o CIC nos recorda que "os conselhos evangélicos são indissociáveis dos mandamentos" (CIC 2053).

Assim buscaremos ver a seguir em primeiro lugar a doutrina do CIC sobre cada Conselho para então destacar seu conteúdo nas *Constituições*.

3.1. O espírito do conselho de castidade

No âmbito do 6º mandamento (cf. CIC 2331 e ss) o CIC diz em relação à castidade o seguinte:

"Castidade significa a integração correta da sexualidade na pessoa e com isso a unidade do homem em seu ser corporal e espiritual. A sexualidade, na qual se exprime a pertença do homem ao mundo corporal e biológico, torna-se pessoal e verdadeiramente humana quando é integrada na relação de pessoa a pessoa, na doação mútua e integral e temporalmente ilimitada, do homem e da mulher. A virtude da castidade comporta, portanto, a integridade da pessoa (2338-2345) e a totalidade do dom" (2346-2347) (CIC 2337).

Toda pessoa batizada é chamada a viver a castidade (CIC 2348) de acordo com seu estado de vida, "na virgindade ou no celibato consagrado e a outros, de acordo com o que determina para elas a lei moral, enquanto casadas ou celibatárias. As pessoas casadas são chamadas a viver a castidade conjugal; os outros praticavam a castidade na continência" (CIC 2349). Esta prática da castidade nos coloca ante o tema do "uso do outro" em benefício próprio, ou seja, ante a necessária reflexão sobre o que a outra pessoa significa e representa, o lugar que ocupa na relação, o respeito que supõe, a pureza das intenções com que me relaciono com o outro e principalmente da "não coisificação" da pessoa, pois o outro não é um objeto disponível ao consumo e à autossatisfação das minhas necessidades ou carências, mas sujeito de amor, de gratidão e de gratuidade. Somente a partir desta tomada de consciência podemos compreender as ofensas contra a castidade (luxúria, masturbação, prostituição, pornografia, prostituição e violação), assim como o tema da homossexualidade, tratado nos números 2351-2359 do CIC. A castidade conjugal aparece nos números 2360-2391 do CIC ao qual remetemos para o aprofundamento, bem como na *Amoris laetitia* do Papa Francisco (19 março 2016).

Aqui recordamos que no contexto matrimonial e "de acordo com a visão de cristã, a castidade não significa absolutamente rejeitar ou desprezar da sexualidade humana: é uma energia espiritual que sabe defender o amor dos perigos do egoísmo e da

26 S. de Fiores, art cit.

agressividade e sabe promovê-lo à sua realização plena"²⁷. A castidade é a virtude que regula a forma correta de viver a sexualidade como homem ou como mulher, de acordo com o amor cristão.

Todos estes temas acima são parte da doutrina moral em geral sobre a castidade; são pressupostos para viver a promessa que emite o Secular, de acordo com a situação em que se encontra: solteiro, casado ou viúvo.

Vejamos agora nas *Constituições* da OCDS. Descreve assim o conteúdo da promessa de viver o seguimento de Cristo de acordo com o espírito do conselho evangélico de castidade:

"A promessa da castidade reforça o compromisso de amar a Deus acima de todas as coisas e amar aos outros como Deus os ama"²⁸. Com esta promessa o Secular busca a liberdade para amar a Deus e ao próximo desinteressadamente²⁹, dando testemunhando da intimidade divina prometida na bem-aventurança "bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus" (Mt 5,8). A promessa de castidade é um compromisso de amor cristão em sua dimensão pessoal e social para criar autêntica comunidade no mundo. Por esta promessa o Secular expressa também o desejo consciente de respeitar a cada pessoa como o pede a lei de Deus e segundo o próprio estado de vida, como solteiros, casados ou viúvos. Esta promessa não impede trocar o estado de vida" (n.13).

Ressaltemos agora, alguns elementos essenciais para a vivência concreta do Conselho da castidade.

- *Amar a Deus e ao próximo, segundo as bem-aventuranças dos puros de coração (Mt 5,8).*

De acordo com a Bíblia³⁰, a felicidade dos puros de coração tem a ver com a sede dos pensamentos (cf. Mt 9,4; 24,28), da compreensão (cf. Mt. 13,15), do reconhecimento dos valores (cf. Mt 6,21), das aspirações e atividades (cf. Mt 15,19), do comportamento a respeito dos outros (cf. Mt 11,29; 18,35) e da relação com Deus (cf. Mt 15,8; 22,37). Isto significa que o centro da pessoa em sua vida intelectual, emocional e volitiva é a origem e o ponto de referência e de unidade da relação com Deus e com os outros. Em Mt 5,8 se afirma que felizes são aqueles que mantêm o coração de acordo com Deus e com sua palavra, livre de tendências e impulsos contrários à vontade de Deus (cf. Es 20, 13-16). Segundo o Salmo 24, aproxima-se de Deus "quem tem mãos inocentes e coração puro", o qual está relacionado com o desejo da presença de Deus, um desejo que será saciado na visão escatológica (cf. Mt 5,8). Por isso quem tem um "coração puro" é capaz do amor fraterno (cf. 1 Tm 1,5), pois ele é a fonte de onde vem a caridade (cf. 1 Pdr 1,22).

27 João Paulo II, *Familiaris Consortio* 33. Por seu lado, o moralista B. Haring descreve-o assim: "a castidade cristã é o perfeito controle exercido pela caridade divina sobre sexo e eros, que é sobre sexualidade e erotismo psicossomática, sob um respeito sagrado para a criação redimida e uma vontade firme para lutar e renúncia. Castidade cristã é baseada no amor absoluto. Ele diz que o apóstolo quando ele diz que é "fruto do Espírito" (Gl 5, 22), o Espírito do amor divino ". em, http://www.mercaba.org/Haring/II/261-336_matrimonio.htm.

28 Cf. *Subida* III 23, 1.

29 *Cautelas* 1 y 6.

30 Cf. *Beatitudini*, en *Dizionario di Mistica*. <http://www.clerus.org>. acesso em 17.12.2015.

- *Liberdade e desinteresse no amor*

Liberdade no NT³¹ é entendida em relação à "liberdade e a glória dos filhos de Deus" (Rom 8, 21); há liberdade "onde há um espírito do Senhor" (2 Cor 3,17). O conceito refere-se à "liberdade que temos graças a Jesus Cristo" (Gal 2, 4; 5, 1). Quando São Tiago fala da "lei da liberdade" (1, 25 e 2,12), refere-se à ordem vital na qual o homem vive de acordo com a vontade de Deus; é viver segundo o Evangelho ou a pessoa de Jesus: "a verdade vos libertará" (Jo 8,32), e que esta "verdade" leva a pessoa a viver e servir por amor, seguindo o Seu exemplo, movida por Ele e não pelos interesses egoístas do pecado: "agora porém sois livres (NB: emancipados) do pecado" (Rom 6, 18.22). Neste sentido, o amor cristão é gratuito por sua própria essência e é a busca do bem dos outros, por ser um bem para eles, sem segundas intenções³².

A *Gaudium et spes* (=GS) fala a respeito da *grandeza da liberdade* (n. 17) e a descreve como "orientação do homem para o bem". Esta "é o sinal eminente da imagem divina no homem", faz parte da dignidade humana a qual "requer que o homem atue segundo sua consciência e livre arbítrio ou seja, movido e induzido por convicção pessoal interior e não sob a pressão de um impulso interno cego ou mera coação externa". Continua a dizer que o homem alcançará esta dignidade quando, liberto completamente do cativeiro das paixões e buscando seu apoio na graça de Deus, tende ao seu fim com a livre escolha do bem e procura os meios adequados para tentar fazê-lo de forma eficaz, com um esforço crescente³³.

- *Respeito por cada indivíduo de acordo com seu estado de vida*

"A pureza da mente e do corpo ajuda a desenvolver o verdadeiro respeito de si mesmo e ao mesmo tempo torna capaz de respeito para com os outros, porque vê neles pessoas que se não de venerar enquanto criados à imagem de Deus e, pela graça, filhos de Deus, recriados em Cristo que «os chamou das trevas à sua luz admirável» (1 Pe 2,9)"³⁴. Trata-se de um sentimento de consideração e reconhecimento do valor concreto de cada pessoa, aceitando-a e tratando-a com amor e de acordo com sua capacidade de compreensão e dignidade intrínseca. A regra de ouro de Mt 7,12 é a medida do respeito: tratar os outros como gostaria que os outros te tratassem (cf. CIC, 1929-1933).

- *Compromisso com formar comunidade*

O tema é desenvolvido no capítulo 3 B das *Constituições* sobre a comunhão fraterna. E isso exige uma tomada em consideração da dimensão relacional da pessoa humana,

31 J. Blunk, *Libertad*, en, *Diccionario teológico del Nuevo Testamento II* (Salamanca: Sígueme 1990) p. 434-435.

32 Cf. Bento XVI, *Deus caritas est*, esp. nn. 1; 6; 16-18; 33; 39;

33 O *Compendio da doutrina social da Igreja* (=CDSI) trata da liberdade nos nn 199-200.

34 Conselho Pontifício para a Família, *Sexualidade humana: verdade e significado; orientação educação em família*, 17.

social por natureza (cf. GS 4.25; *Apostolicam actuositatem* (= AA 18), criado à imagem e semelhança do Deus Trindade. Portanto, a salvação pessoal passa pela solidariedade com os outros, reconhecendo-os como um outro eu³⁵. No contexto teresiano, a Comunidade é ajuda e suporte na busca de Deus, como aparece no número 24b das *Constituições*.

3.2. *O compromisso de viver segundo o espírito do conselho evangélico de pobreza*

Ter um espírito de pobre significa ter a humildade para seguir o exemplo de Jesus que "sendo rico tornou-se pobre para enriquecer-nos" (cf. 2 Cor 8,9) e que veio para servir e não para ser servido. Mas também significa ser sinal de esperança para todos aqueles que vivem em situações de opressão. O Verbo chama "pobreza em espírito" à humildade voluntária e à renúncia por parte do ser humano; o Apóstolo nos dá como exemplo a pobreza de Deus quando diz: "fez-se pobre por nós" (2 Cor 8, 9) (CIC 2546).

O CIC trata sobre a pobreza de coração no contexto do décimo mandamento, especialmente nos números 2544-2547. A motivação vem do exemplo de Jesus, que "exorta seus discípulos a preferir a Ele em relação a tudo e todos e propõe-lhes a 'renunciar a todos os seus bens' (Lc 14, 33) por Ele e pelo Evangelho (cf. Mc 8, 35). Pouco antes de sua paixão mostrou-lhes o exemplo da pobre viúva de Jerusalém que em sua indignidade doou tudo que tinha que viver (cf. Lc 21, 4). O preceito do desapego das riquezas é necessário para entrar no Reino dos céus". Já a *Lumen Gentium* exorta a todos os cristãos a "procurar orientar retamente seus desejos no uso das coisas deste mundo e o apego às riquezas não impeçam, indo contra o espírito de pobreza evangélica, a buscar o amor perfeito" (LG 42). O abandono à providência do Pai celeste livra da inquietação pelo amanhã (cf. Mt 6, 25-34) e a confiança em Deus dispõe à bem-aventurança dos pobres: eles verão a Deus (cf. CIC 2545-2546).

As *Constituições da OCDS* resume o conteúdo da promessa de pobreza assim:

"A promessa da pobreza expressa o desejo de viver segundo os valores do Evangelho. Na pobreza evangélica encontra-se a riqueza da generosidade, da negação de si mesmo, liberdade interior e o depender d'Aquele que "embora rico, se fez pobre, para enriquecer-nos com sua pobreza" (2 Cor 8,9) e que "esvaziou-se a si mesmo" (Fil 2,7) para colocar-se a serviço dos seus irmãos e irmãs. A promessa da pobreza busca o uso evangélico dos bens deste mundo e dos talentos pessoais e o exercício das próprias responsabilidades na sociedade, na família e no trabalho, colocando-se com confiança nas mãos de Deus. Implica também em um compromisso em favor da justiça no mundo, para que este responda ao projeto de Deus. A pobreza evangélica é igualmente um exercício de esperança, que reconhece as limitações pessoais e se abandona com confiança à bondade e à fidelidade de Deus" (n. 14).

35 Cf CDSI n. 31-37; 149-151. A afirmação da GS 4 é fundamental: "O homem é, de fato, pela sua natureza íntima, um ser social, e não pode viver nem desenvolver o seu potencial relacionar com os outros". Cf GS 25.

Destaquemos agora alguns dos conteúdos essenciais da pobreza segundo as Constituições.

- *Na pobreza evangélica encontramos a riqueza da generosidade, da negação de si mesmo.*

Pobreza e generosidade sempre levam à disponibilidade (de si mesmo, do tempo, das coisas...); Basta olhar o exemplo e o convite de Jesus: "quem quiser vir comigo, que negue a si mesmo, tome a sua cruz e me siga. Se alguém quer salvar sua vida, a perderá; mas aquele que a perder por mim, vai encontrá-la" (Mt 16, 24-25) e "ao que quer pleitear contigo para te tirar a túnica, dá-lhe também o manto; e para quem te obriga a andar uma milha, vá com ele duas" (Mt 5, 40-41), pois "há mais alegria em dar que em receber" (Atos 20,35). Assim que "abnegação" é o sacrifício que a pessoa faz de sua vontade, dos seus afetos ou dos seus interesses próprios para dispor de si mesmo ao serviço de Deus ou para o bem do próximo. Tudo isto exige a ascese, a luta contra o egoísmo, a indiferença e o individualismo.

- *colocar se ao serviço dos seus irmãos e irmãs*

A dimensão cristã do serviço (*diakonia*)³⁶ adquire seu significado a partir da pessoa de Jesus e do seu Evangelho (Mc 10, 45). Torna-se característica no que se refere à atividade do amor ao irmão e ao próximo (que à sua vez procede do amor a Deus), da realização da comunhão [*koinonia*], da solidariedade.

O serviço de Jesus aos homens e aos seus discípulos foi uma demonstração do amor de Deus e da autêntica humanidade, da humanidade querida por Deus. "Estou entre vós como aquele que serve" (Lc 22,27; cf. também Jo 13, 1-15), e "o filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir" (Mt 20,28). O exemplo de Jesus (Jo 13, 15) traz consigo uma exortação aos discípulos: "o maior entre vós seja como o menor, o que manda como o servidor" (Lc 22, 26; cf. Mt 20, 26 par; 23,11). O dom que cada um recebeu deve colocá-lo ao serviço dos outros (1 Pe 4, 10). Quem dá comida aos famintos, abrigo ao que carece de hospedagem, veste os nus, visita os doentes ou os prisioneiros (Mt 25, 35 s), "serve" (v. 44) ao próprio Jesus: "cada vez que fizestes a um dos meus irmãos mais pequenos, foi a mim que o fizestes" (v. 40). A exortação a servir é imperativa, pois é derivada do sacrifício de Jesus que veio "para servir e dar a sua vida em resgate por todos" (Mt 20, 28). De acordo com o sentido deste texto, 1 Jo 3, 16 traz a conclusão: "também nós devemos dar a vida pelos irmãos" (1 Jo 3,16).

- *busca o uso evangélico dos bens deste mundo e dos talentos pessoais*

36 K. Hess, *Servicio*, en, *Dic. Teológico del Nuevo Testamento*. Vol. IV, pág. 214.

O princípio é que "todas as coisas existentes na terra são ordenadas ao homem como a seu centro e ponto culminante" (GS 12), e neste sentido, o Carmelita Secular deverá tomar consciência do destino universal dos bens criados, pois "o homem, ao usá-los, não deve ter as coisas exteriores que legitimamente possui como exclusivamente suas, mas também como comuns, no sentido de que não tirar vantagem somente para si, mas também para os outros. Além disso, o direito de possuir uma parte de bens suficientes para si mesmo e para sua família é um direito de todos"³⁷. Os talentos pessoais são para o bem da Comunidade (cf. 1 Cor 12).

- *o exercício das próprias responsabilidades na sociedade, na família e no trabalho*

" O casal e a família constituem o *primeiro espaço para o empenho social dos fiéis leigos*" (ChL 40), sem esquecer a participação consciente na política, para impregná-la com os valores humanos e os do Evangelho (cf. ChL 42; Cf. CDSI 83-84). Reportamos este rico parágrafo da ChL, o qual chama à assunção das responsabilidades no mundo laboral:

"No contexto das importantes transformações em curso no mundo da economia e do trabalho, os fiéis leigos, empenhem-se em primeira linha na solução dos gravíssimos problemas do crescente desemprego, lutando em favor de uma mais rápida superação das numerosas injustiças que provêm de deficientes organizações do trabalho, transformando o lugar de trabalho numa comunidade de pessoas respeitadas na sua subjetividade e no seu direito à participação, desenvolvendo novas formas de solidariedade entre aqueles que tomam parte no trabalho comum, fomentando novos tipos de empresariedade e revendo os sistemas de comércio, de finança e de intercâmbios tecnológicos.

Em vista de tais objetivos, os fiéis leigos deverão executar o seu trabalho com competência profissional, com honestidade humana, espírito cristão, como meio da própria santificação, segundo o convite explícito do Concílio: «Com o seu trabalho, o homem sustenta de ordinário a própria vida e a dos seus; por meio dele se une e serve os seus irmãos, pode exercer uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina. Mais ainda, sabemos que, oferecendo a Deus o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré (GS 67)" (ChL 43).

- *Colocar-se com confiança nas mãos de Deus*

Jesus ensina a colocar o fundamento da própria existência em Deus e na busca do seu Reino (Mt 6,33), a não temer as perseguições (Mt 10, 28-31), a não buscar a segurança nos bens que perecem, uma vez que o Pai tem o cuidado de suas criaturas (Lc 12, 22-34). O vértice desta confiança na Providência, Jesus nos ensina na oração do Pai nosso.

37. GS 69; cf. CDSI 171-196; cf.: Bento XVI, *Caritas in veritatem* 9, 27. 35.

Todo o ensinamento de Jesus é orientado à revelação que a pessoa humana vive sob o olhar amoroso e providencial do Pai, que está sempre próximo a ele. Nem mesmo o mal escapa da providência divina, mas está a serviço do plano da salvação. A certeza que orienta a existência do cristão é que tudo “concorre para o bem daqueles que amam a Deus” (Rom 8, 28).

- *compromisso com a justiça no mundo*

A justiça, em sua definição clássica "consiste na vontade constante e firme de dar para Deus e ao próximo o que lhes é devido" (CIC 1807)³⁸. Ao mesmo tempo, o Papa Francisco adverte e lembra que "a conversão espiritual, a intensidade do amor de Deus e ao próximo, o zelo pela justiça e paz, o sentido evangélico dos pobres e a pobreza, são requeridos a todos" (cf. Francisco, EG, 201). Portanto, a justiça é parte importante no crescimento dos valores humanos fundamentais, na missão de testemunhar o Evangelho através deles, como já dizia o Concílio: "[os leigos] tenham em conta também a competência profissional, o sentido da família e o sentido cívico e as virtudes relacionadas as relações sociais, ou seja, a probidade, o espírito de Justiça, a cortesia, a sinceridade, a fortaleza de animo, sem as quais não pode haver verdadeira vida cristã" (AA 4).

- *exercício de esperança que reconhece as limitações pessoais e se abandona com confiança à bondade e à fidelidade de Deus*

A esperança tem suas raízes no ser do próprio homem, pois é um ser aberto para o futuro, para o infinito, a eternidade. No âmbito religioso cristão, a virtude teologal da esperança tem seu fundamento na promessa de Deus, cujo o senhorio vai se revelando pouco a pouco até a consumação definitiva em Cristo morto e ressuscitado (cf. At 13, 32-33).

Neste sentido a fé-esperança estão interligadas, porque fé mostra o caminho da vida autêntica e a esperança faz com que se caminhe até chegar "à medida e estatura de Cristo" (Ef 4,13). Aqui é necessário fazer da vida um ato de confiança absoluta em Deus que nos salva através morte e ressurreição de Cristo. Confiar significa amar a quem confiamos; porém o amor autêntico traduz-se em obras concretas. Assim, fé-esperança e caridade estão unidas e levam a transformar o mundo a serviço do homem, porque a esperança autêntica sempre gera vida e transformação onde ela existe.

Bento XVI escreveu uma bela página sobre isso:

" A fé, a esperança e a caridade caminham juntas. A esperança manifesta-se praticamente nas virtudes da paciência, que não esmorece no bem nem sequer diante de um aparente insucesso, e da humildade, que aceita o mistério de Deus e confia n'Ele mesmo na escuridão. A fé mostra-nos o Deus que entregou o seu Filho por nós e assim

38 Sobre o tema, cf. CDSI n. 82; 167; 201-203; 292; 303; 306; 340; 366, etc.

gera em nós a certeza vitoriosa de que isto é mesmo verdade: Deus é amor! Deste modo, ela transforma a nossa impaciência e as nossas dúvidas em esperança segura de que Deus tem o mundo nas suas mãos e que, não obstante todas as trevas, Ele vence, como revela de forma esplendorosa o *Apocalipse*, no final, com as suas imagens impressionantes. A fé, que toma consciência do amor de Deus revelado no coração trespassado de Jesus na cruz, suscita por sua vez o amor. Aquele amor divino é a luz — fundamentalmente, a única — que ilumina incessantemente um mundo às escuras e nos dá a coragem de viver e agir. O amor é possível, e nós somos capazes de o praticar porque criados à imagem de Deus. Viver o amor e, deste modo, fazer entrar a luz de Deus no mundo: tal é o convite que vos queria deixar com a presente Encíclica” (*Deus caritas est* 39).

3.3. O compromisso de viver segundo o espírito do conselho evangélico de obediência

A carta aos Hebreus nos diz que Cristo “aprendeu a obediência” (Heb 5,8). Por isso o modelo por excelência de toda obediência cristã é a obediência de Jesus à vontade do Pai, em cada uma das situações de sua vida, desde a tentação até a cruz. Assim também se realiza a obediência com que Ele — homem entre os homens — permanece fiel à sua própria existência terrena e a si mesmo, dando precisamente desse modo, prova de sua obediência ao Pai. “E tendo chegado à perfeição, tornou-se causa de salvação eterna para todos os que lhe obedecem” (Heb 5, 7-9).

Jesus mesmo convida a fazer “a vontade de meu Pai que está nos céus” (Mt 7, 21). Da vontade do Pai falam o “Pai nosso” (Mt 6, 10) e a oração no Getsêmani (26, 42). No final do sermão da montanha lemos: “Nem todo o que diz: Senhor, Senhor! Entrará no Reino de do céu, mas quem faz a vontade de meu Pai celeste” (7, 21). A condição para a admissão no Reino é formulada de forma clara: obediência à vontade do Pai. Que significa isto?

Não é o suficiente invocar o nome do Senhor. «Cristo» quer ser traduzido em vida e, para este fim, as palavras por si só são insuficientes. O critério decisivo nesta transformação é a obediência à vontade do Pai manifestado no Sermão da montanha (Mt 5-7). Isto nos indica a alternativa da vontade de Deus para a vida prática; e isto nos introduz em um caminho novo e libertador: não há que devolver mal com o mal, é possível dar a outra face, é possível vencer o mal com o bem (5, 38-42); o inimigo não continua sendo necessariamente inimigo, é possível descobrir nele o homem sobre o qual Deus faz o seu sol brilhar (5, 43-48).

A vontade de Deus condensa-se no mandamento do amor, que é o seu foco principal. O amor é o critério para a interpretação da lei. Dele depende toda a lei e os profetas. Por isso são importantes os exemplos de obediência da fé de Abraão (CIC 2570) e da Virgem Maria (CIC 148-149).

Em termos de obediência no âmbito da Igreja, o fiel se "mostra estável em uma respeitosa adesão ao superior, mas ao mesmo tempo busca transcendê-lo, buscando a união com o Pai, no Espírito de Cristo; reconhece a autoridade como graça que remonta

ao plano de Deus e busca leva-lo ao seu fim; mas ao mesmo tempo compromete-se a promovê-la para torná-la menos alienada dos desejos de Deus; tem fé que na hierarquia o Senhor está presente, mas também sabe que a face de Deus em Cristo é inefável; abandona-se à obediência como o caminho para adquirir a liberdade cristã, mas ao mesmo tempo deve comprometer-se a ir além da pessoa do superior para não cair no servilismo"³⁹. “Adorarás o Senhor teu Deus (Mt 4, 10)”. Ensina o catecismo: "Adorar a Deus, rezar a ele, oferecer-lhe o culto que lhe é devido, cumprir as promessas e os votos que lhe foram feitos são atos da virtude de religião que constituem a obediência ao primeiro mandamento" (CIC 2135).

Vejamos o texto das *Constituições* que se refere à promessa de obediência.

“A promessa de obediência nos compromete a viver abertos à vontade de Deus, “em quem vivemos, nos movemos e existimos” (At 17,28), imitando Cristo, que aceitou a vontade do Pai e se fez obediente até a morte e morte de cruz (Fil 2,8). A promessa de obediência é um exercício de fé que leva a buscar a vontade de Deus aos acontecimentos e desafios da vida pessoal e social. Por ela o Secular coopera livremente com aqueles que têm a responsabilidade de guiar a comunidade e a Ordem no discernimento e na aceitação dos caminhos de Deus: o Conselho da Comunidade, o Provincial e o Geral” (n. 15).

Destacando seus elementos essenciais temos:

- *viver abertos à vontade de Deus*

"Buscar a vontade de Deus significa buscar uma vontade amiga, benevolente, que quer a nossa realização, e acima de tudo quer a resposta livre ao seu amor, para nos convertemos em instrumentos do amor divino. Nesta *via amoris* é onde abre-se a flor da escuta e a obediência"⁴⁰. A escuta de Deus em sua Palavra e seguimento de Jesus, dão sentido às mediações humanas da obediência (Magistério da Igreja) e às leis que as representam. Por isso é importante ter uma atitude de fé nessas mediações e ao mesmo tempo a vigilância para não seguir somente o que sente no seu interior, mas saber confrontar com a autoridade. A obediência à vontade de Deus exige uma constante vigilância para não deixar-se levar por uma obediência passiva ou conveniente, exterior, - obediência servil – e também a não seguir o impulso interior a não obedecer quando não me agrada uma escolha ou decisão da Comunidade.

Somente a experiência do amor do Deus vivo faz o fiel estar constantemente aberto à sua vontade. Por isso procura conhecê-la e busca compreender o que é de seu maior agrado, para colocá-lo em ação. “A história do amor entre Deus e o homem consiste precisamente no fato de que esta comunhão de vontade cresce em comunhão de pensamento e de sentimento e, assim, o nosso querer e a vontade de Deus coincidem cada vez mais: a vontade de Deus deixa de ser para mim uma vontade estranha que me impõem de fora os mandamentos, mas é a minha própria vontade, baseada na

39. T. Goffi, *Obediência*, en, <http://www.mercaba.org/DicES/O/obediencia.htm>. Acesso em 18.12.2015
40 CIVCSVA, *O serviço da autoridade e obediência*, 4.

experiência de que realmente Deus é mais íntimo a mim mesmo de quanto o seja eu próprio” (Bento XVI, *Deus caritas est* 17).

- *exercício de fé que leva a buscar a vontade de Deus nas atitudes da vida pessoal e social*

Como exercício de fé, à luz da *índole do secular*, as situações da vida cotidiana são ocasiões para fazer a vontade de Deus "em todos os acontecimentos," e "contemplar Cristo em todos os homens, sejam próximos ou sejam estranhos, proferir julgamentos corretos sobre o verdadeiro significado e valor das coisas temporais em si mesmas e em relação ao fim do homem" (AA 4). Neste sentido estas mesmas ocasiões são oportunidades para a formação permanente, o que quer dizer ter "a liberdade de aprender durante toda a vida, em todas as idades e em todos os tempos, em todos os ambientes e contextos humanos, de todas as pessoas e de todas as culturas, de deixar-se instruir por qualquer fragmento de verdade e de beleza que encontra ao redor de si"⁴¹.

Para Santa Teresa, particularmente devota da obediência (cf. F 18,13), recorda o exemplo de Jesus e o propõe como modelo: "E quanto à obediência, Deus não há de querer que siga um caminho distinto do Seu quem O amar: *obediens usque ad mortem* - obediente até a morte" (F 5,3). "Temos que andar de sobreaviso e cuidar, mesmo nas obras de obediência ou de caridade, de não distrair-se, recorreremos muitas vezes a Deus em nosso interior" (F 5,17), já que a "obediência dá forças" (F prol. 2).

- *cooperação livre em discernimento e aceitação dos caminhos de Deus com a autoridade da ordem: o Conselho local, Provincial e o P. Geral*.

A cooperação livre em discernimento⁴² exige que a pessoa tome parte de maneira ativa -nunca passiva ou submissa - no processo de decisão e de aceitação da obediência. Esta requer ser feita sempre à luz do Espírito, com espírito de fé, de oração e de escuta da vontade de Deus. Tudo tem o fim de uma maior doação no amor, de seguir mais de perto a Cristo, mesmo com sofrimento, mas sem jamais atentar contra a dignidade da pessoa. É importante que a obediência seja o fruto do diálogo maduro, da iluminação da consciência, da caridade e que por sua vez seja assumida como uma manifestação de liberdade interior, pois apesar de discordar em uma determinada situação, é capaz de acolher com humildade o que se propõe, ciente de que sempre será para um bem maior.

Os critérios de comunhão fraterna na Igreja e na Comunidade, de paz e de luz, juntamente com os frutos do Espírito⁴³ na vida do fiel são critérios a serem levados em conta. Em nossos dias o discernimento comunitário adquire especial importância.

41 CIVCSVA, *Partir de Cristo*, 15.

42 Cf. A. Barruffo, *Discernimento*, em <http://www.mercaba.org/DicES/D/discernimiento.htm>

43 Cf Gal 5,14-22; Ef 5,8-10; Rm 7,4-5.19-20.

3.4. O compromisso da promessa de viver no espírito das Bem-aventuranças

As bem-aventuranças são centrais no novo testamento⁴⁴. São atitudes de vida, mais que virtudes e que põe em relevo a caducidade do mundo e o Reino de Deus presente na pessoa e na pregação de Jesus. Elas recolhem as promessas feitas por Deus ao povo eleito desde Abraão. Jesus as aperfeiçoa ordenando-as não mais ao simples bem-estar gozoso na terra, mas ao Reino dos Céus. As bem-aventuranças são como um desenho do rosto de Cristo e descrevem sua caridade. Ao mesmo tempo “exprimem a vocação dos fiéis associados à glória de sua Paixão e Ressurreição; iluminam as ações e atitudes características da vida cristã; são promessas paradoxais que sustentam a esperança nas tribulações; anunciam aos discípulos as bênçãos e recompensas já obscuramente adquiridas; são inauguradas na vida da Virgem Maria e de todos os santos” (cf. CIC 1716-1717).

São propostas de uma felicidade (cf. CIC 1718) que começa no "já" deste mundo, mas que leva a um fim que o transcende. Assim, os “pobres de espírito”, “os que sofrem”, “os não-violentos”, “aqueles que têm fome e sede de Justiça” representam apenas diferentes aspectos de uma mesma atitude em relação ao mundo que está chegando ao fim, ou seja, a atitude que suporta e espera com constância. Não se destaca uma soma de virtudes, mas a proclamação da felicidade, que soa da mesma maneira “feliz” da primeira metade de cada uma das bem-aventuranças e que reflete a motivação na segunda metade”. Colocam em ação o que ouviram e experimentaram (Lc 14,14; Jo 13, 17) e que aguardam em atitude confiante e vigilante (Lc 12, 37 s; Mt 24, 24; Tg 1, 12; Ap 16, 15 e *passim*). Por diferentes que sejam cada uma das bem-aventuranças, devemos considerar que sua perspectiva de futuro não deve ser entendida no sentido de um consolo ou de uma retribuição posterior. Trata-se sempre sobre da afirmação de um futuro que leva consigo a transformação radical do presente. As bem-aventuranças são o “único caminho para a felicidade eterna à qual o coração do homem aspira”(CIC 1697).

Tudo isso é expresso no n. 16 das *Constituições*, onde ao mesmo tempo, as experiências no dia a dia das bem-aventuranças chamam o Secular ao testemunho de Cristo.

"Nas bem-aventuranças se encontram um projeto de vida e um modo de entrar em relação com o mundo, com os vizinhos e companheiros de trabalho, com familiares e amigos. Ao prometer viver as bem-aventuranças na vida cotidiana, procuram dar testemunho de vida evangélica como membros da Igreja e da Ordem e, por este testemunho, convidam o mundo a seguir Cristo: "Caminho, Verdade e Vida" (Jo 14,6)" (n. 16).

44 Cf. para lo que sigue: U Becker, *Bienaventurado*, en *Diccionario teológico del Nuevo testamento*, Vol. I (Sígueme Salamanca, 1990) 183-184.

Na busca de viver no dia a dia o espírito das bem-aventuranças, é fundamental para a união com Cristo seu aspecto teológico vivido pelo fiel nas ações cotidianas, num exercício constante de fé, esperança e caridade. É o que propões a AA no n. 4, intitulado *espiritualidade secular em ordem ao apostolado*. O melhor exemplo temos na Virgem Maria, - e a seu lado S. José-, “a qual enquanto vivia neste mundo uma vida igual à dos outros, com as preocupações familiares e do trabalho, estava constantemente unida com seu Filho e cooperou de um modo particular na obra do Salvador” (AA 4).

"Juntos andemos, Senhor..."

O Batismo e a Confirmação de todos os cristãos, significa a consagração da pessoa a Deus através de Jesus Cristo no Espírito Santo. É o compromisso de configurar-se com Cristo em toda a sua vida e trabalhar como Ele na construção do Reino, em qualquer estado de vida da Igreja: seja como leigo, sacerdote ou na vida consagrada.

A evolução da compreensão da vocação do leigo na Ordem Secular foi consequência da doutrina do Concílio Vaticano II sobre a Igreja e dentro dela a doutrina sobre o fiel cristão leigo, juntamente com os sínodos de Bispos de 1987 e 1994. Isto significou para o Carmelo Teresiano um discernimento e atualização da missão do leigo na Ordem e seu chamado a viver o compromisso batismal de acordo com o próprio carisma.

Colocando o acento sobre o seguimento de Cristo, a emissão da promessa e dos votos são possíveis graças à fidelidade de Deus em primeiro lugar: Ele é fiel às suas promessas e por conseguinte, o Carmelita secular age em base a esta fidelidade, respondendo a ela. Daí que as promessas na Ordem Secular são também um compromisso de fidelidade à Ordem e à Comunidade, pois é feita diante dos membros da Comunidade como representantes da Igreja. Cada membro, por sua parte, ajuda o outro a viver seu compromisso em fidelidade à promessa e aos votos através da espiritualidade, da partilha na formação e na oferta de uma vida fraterna como apoio ao caminho pessoal no seguimento de Jesus e no exercício de sua própria missão, de acordo com o espírito dos conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e das bem-aventuranças. Para isso necessita-se ser um membro atuante na vida da Comunidade.

Se um membro sente o chamado a emitir os votos no Carmelo Secular, isso pressupõe uma doação mais profunda de si mesmo, não isolando-se dos demais, ao que já prometeu com as promessas: continuar a seguir Jesus de acordo com seu estado de vida. Os votos comportam uma maior responsabilidade moral e a consciência de levar uma vida como um culto espiritual agradável a Deus, "sem se conformar com a mentalidade deste mundo" (cf. Rm 12, 1 - 2). Implica também a humildade à frente do dom recebido, em espírito de serviço e de vigilância mais intensa como resposta ao que Deus lhe pede: ser um servo na construção do Reino já iniciado por Jesus, na Igreja e em comunhão com a Ordem, vivendo em obséquio de Jesus Cristo (*Regra de Santo Alberto*, 2), que é "*Caminho, Verdade e Vida*" (Jo 14,6).

Fr. Alzinir Francisco Debastiani OCD

Roma, 6 de janeiro de 2016

Festa da Epifania do Senhor

Apêndice

O RITO DA PROMESSA – uma reflexão

Apresentamos aqui algumas reflexões sobre o *Rito da Promessa na OCDS*, com o objetivo de iluminar e ajudar a viver profundamente a celebração do mesmo. O Concílio Vaticano II solicitou que se “leve os fiéis a uma participação plena, consciente e ativa nas celebrações litúrgicas”.

Quer ser apenas uma ajuda para se levar a viver o sentido do mistério da fé na própria vida, com “uma renovada valorização dos símbolos litúrgicos” (EG 166), a fim de que os fiéis “aprendam a oferecer-se a si mesmos ao oferecer a hóstia imaculada, não somente pelas mãos do sacerdote, mas junto com ele, a fim de que aperfeiçoem-se dia a dia por Cristo mediador da união com Deus e entre si, a fim de que finalmente Deus seja tudo em todos” (SC 14. Cf.: 41.48), e alcancem aquela plenitude “que já foi alcançada por Cristo ressuscitado, fonte da maturação universal” (*Laudato Si'* 83).

Esta realidade de fé manifesta-se principalmente na assembleia litúrgica, onde cada fiel na unidade do Espírito Santo que age em todos, colabora e manifesta a harmonia e a unidade segundo as diferentes funções litúrgicas. Por outro lado, a participação plena na liturgia requer que esta nunca seja propriedade privada de um ou de uns poucos (cf Juan Pablo II, *Ecclesia de eucharistia* 52). Por isso “é desejo ardente da mãe Igreja que todos os fiéis sejam formados àquela plena, consciente e ativa participação nas celebrações litúrgicas que a própria natureza da Liturgia exige e que é, por força do Batismo, um direito e um dever do povo cristão, «raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido» (1 Ped. 2,9; cfr. 2, 4-5)” (SC 14).

O Concílio pede ainda uma participação ativa e consciente dos fiéis nas celebrações litúrgicas. Quer evitar todo comportamento superficial nas celebrações e promover uma atitude de atenção interior nas orações, nos gestos e posições corporais e nas demais funções que se desenvolvem na celebração⁴⁵. Esta atitude de atenção interior nas orações vocais, já a pedia a santa Madre Teresa: “se pronunciando [as palavras da oração] sou consciente e vejo que falo com Deus, com mais atenção a isto que nas palavras que pronuncio...” (*Caminho de perfeição* 22,1; cf. 24,6).

Todo este cuidado deve-se ao fato que a liturgia é presença eficaz de Cristo, “obra tão grande pela qual Deus é perfeitamente glorificado os homens santificados”.

45 Cf. Também: Congr. Do Culto divino, *Instrução Redemptionis sacramentum*, n. 36-42, de 25 de março de 2004.

Nela, “Cristo associa sempre a si sua amadíssima Esposa a Igreja, que invoca ao seu Senhor e por Ele tributa culto ao Pai Eterno” (SC 7). Ao mesmo tempo “a Liturgia é o cume ao qual tende toda a atividade da Igreja e ao mesmo tempo a fonte de onde mana toda sua força” (SC 10). Daqui decorre a recomendação que “os fiéis aproximem-se à liturgia com disposição de ânimo reta, coloquem sua alma em concordância com sua voz e colaborem com a graça divina para não recebê-la em vão” (SC 11).

À luz do que ficou dito anteriormente e com toda a riqueza de ensinamentos do Concílio Vaticano II, aprofundaremos o *Rito da Promessa*, fazendo alguns breves comentários às suas partes principais. Pela formação, nas diversas etapas, estudou-se o conteúdo doutrinal da Promessa (cf. Const. OCDS 36 c) como meio de seguimento a Cristo; agora é conveniente que a *celebração* da mesma seja preparada com cuidado e adequadamente celebrada, pois é o momento em que se torna membro da OCDS (Cf. Cost. OCDS 12). Isto para evitar que aspectos secundários e superficiais (preocupação com fotos, etc...) tomem o lugar de uma participação ativa, de atenção interior, consciente e plena do Rito, quer este se desenvolva numa Eucaristia, nas Laudes ou Vésperas ou numa Celebração da Palavra (Cf. *Ritual* 7).

PETIÇÃO

A petição feita por um fiel cristão a ser admitido à formação inicial e à Ordem por meio da promessa tem agora seu coroamento oficial na liturgia. Tem lugar depois da proclamação do Evangelho, por meio do qual Cristo fala à assembleia reunida em seu nome dirigindo-lhe sua Palavra eterna nas leituras da Palavra de Deus (Cf SC 7).

O *Responsável pela formação* chama a cada um/a pelo nome par aproximarem-se do Celebrante. Uma vez mais este gesto evoca o chamado vocacional por parte do Senhor, como chamara os Profetas do AT e os discípulos no NT.

Pronunciando o texto da *petição* diante de todos, torna explícito o desejo de pertencer ao Carmelo Secular por meio da Promessa. Depois dos anos de formação, o candidato/a tem discernida e confirmada sua vocação na OCDS e quer viver o *seguimento de Cristo* em meio ao mundo em união com a Virgem Maria (*Ritual* 38), como membros do Carmelo Secular.

À petição segue a *aceitação* por parte do celebrante⁴⁶ em nome da Comunidade, a qual compromete-se a rezar ao Espírito Santo, pedindo que confirme no candidato/a a obra que foi iniciada nele/a.

INTERROGATÓRIO

Depois da homilia há lugar do *diálogo* entre o celebrante e os que emitirão a Promessa. É a manifestação pública na liturgia de uma vontade interior amadurecida na formação e na oração pessoal. A cada uma das perguntas responde-se pessoalmente, pois o chamado de Deus dirige-se sempre a um indivíduo em particular.

A *primeira pergunta* é sobre a vontade de viver o Evangelho segundo o carisma de santa Teresa e de São João da Cruz, conforme as Constituições.

A *segunda pergunta* versa sobre a fidelidade à vocação, a qual inclui o desejo apostólico de testemunhar o Reino de Deus no mundo, na comunhão fraterna, tendo a Virgem Maria como modelo.

A *terceira pergunta* é sobre o compromisso com o testemunho cristão por palavras e por obras em meio ao mundo, bem como a colaboração ativa na missão da Igreja. É um dever que tem seu fundamento no Batismo e na Confirmação e no Matrimônio, segundo o caso. Sobre a dimensão mariana do apostolado da Igreja o Papa Francisco nos oferece importantes características sobre Maria como modelo de evangelização⁴⁷, as quais são muito próximas às da tradição espiritual da Ordem.

Faz parte do carisma do Carmelo a união entre as dimensões orante-contemplativa com a apostólica, de forma que estejam intimamente unidas na vida e na vocação no Carmelo teresiano (Cf Const. 26. 35).

46. Normalmente o celebrante é o Assistente nomeado pelo Provincial ou outro sacerdote com a devida autorização e delegação (cf Ritual 31); inclusive se um Bispo preside à celebração, deve ter a autorização para receber a Promessa em nome da Ordem.

47 EG 288: “Há um estilo mariano na atividade evangelizadora da Igreja. Porque sempre que olhamos para Maria, voltamos a acreditar na força revolucionária da ternura e do afeto. N’Ela, vemos que a humildade e a ternura não são virtudes dos fracos, mas dos fortes, que não precisam de maltratar os outros para se sentir importantes. Fixando-A, descobrimos que aquela que louvava a Deus porque «derrubou os poderosos de seus tronos» e «aos ricos despediu de mãos vazias» (Lc 1, 52.53) é mesma que assegura o aconchego dum lar à nossa busca de justiça. E é a mesma também que conserva cuidadosamente «todas estas coisas ponderando-as no seu coração» (Lc 2, 19). Maria sabe reconhecer os vestígios do Espírito de Deus tanto nos grandes acontecimentos como naqueles que parecem imperceptíveis. É contemplativa do mistério de Deus no mundo, na história e na vida diária de cada um e de todos. É a mulher orante e trabalhadora em Nazaré, mas é também nossa Senhora da prontidão, a que sai «à pressa» (Lc 1, 39) da sua povoação para ir ajudar os outros. Esta dinâmica de justiça e ternura, de contemplação e de caminho para os outros faz d’Ela um modelo eclesial para a evangelização”.

A *oração conclusiva* desta parte, pede uma vez mais ao Espírito Santo que conserve fiéis nos propósitos expressados aos que emitirão a Promessa, que será assumida a seguir com a leitura da fórmula da Promessa.

A LEITURA DA FÓRMULA DA PROMESSA

A fórmula da Promessa apresenta uma síntese do compromisso do Carmelita Secular coma a Ordem, particularmente com a Comunidade, a qual será pronunciada diante do celebrante como representante da Ordem. É um momento particularmente importante, pois significa a manifestação pelas palavras da vontade interior da pessoa, expressadas agora publicamente em contexto litúrgico⁴⁸. Vejamos alguns de seus elementos mais importantes.

EU, N... Deus chama a cada um pelo próprio nome (Is 45,3); seu amor é único e pessoal. Ao dizê-lo no contexto litúrgico, a pessoa se reconhece no chamado que lhe foi feito este seu amor único e pessoal em sua vida e história pessoal.

Respondendo ao chamado de Deus... é o reconhecimento da iniciativa divina que chama; é vocação a seguir os passos de Jesus (Cf Jo 15,13). Quer dizer que reconhece o dom recebido, para viver segundo o carisma do Carmelo teresiano e que agora está respondendo, assumindo o compromisso de seguir a este misterioso chamado interior.

Sinceramente... a liberdade é um pressuposto para um compromisso; e a sinceridade significa a correspondência entre a ação e a palavra, ou seja, é veracidade (CIC 2468). Na vida espiritual, segundo a Sta. Madre Teresa, a verdade-humildade é a virtude que está na base do edifício da vida espiritual (cf. 7 M 4,8).

Prometo... a promessa da parte de Deus é a fidelidade a si mesmo e sua vontade de salvação de toda a humanidade por meio de Jesus Cristo e do dom do Espírito Santo. Da parte da pessoa que promete é uma resposta de fé ao amor fiel de Deus ao qual entrega-se incondicionalmente. É “um reforço do compromisso batismal no mundo ao serviço do projeto de Deus”, um “penhor de santidade pessoal” que deve conduzir ao “compromisso de serviço à Igreja em fidelidade ao carisma carmelitano-teresiano” (Const. 11); ao mesmo tempo enriquece a vida dos esposos e pais nos membros casados (Const. 12).

É também significativo que a Promessa seja feita numa celebração de fé, através a mediação daqueles que representam a autoridade (os superiores da Ordem – O P. Geral e o P. Provincial- e a Comunidade) e são mediação da vontade de Deus, agora aceita pelo que promete.

48 Cf. Secção 2.2 acima.

tender à perfeição evangélica ... manifesta-se aqui o caráter dinâmico da fé e da promessa. É o seguimento a Cristo cada dia, carregando a própria cruz (Lc 9, 23; cf. Const. 11). A busca da perfeição do Pai celestial (Mt 5,48; Const. *proemio*) significa colocar-se em caminho a fim de chegar à medida e estatura de Cristo (Ef 4,13-16), que é o modelo (*dechado*, em palavras de Sta. Teresa). O certo é que em Cristo temos a plenitude da vida e do amor cristãos vividos ao extremo. Por isso a perfeição evangélica é um caminho e busca de crescimento na plenitude da caridade no dia-a-dia (Cf Ritual, Instrução, 2.3).

no espírito dos conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência ... viver segundo o espírito dos conselhos evangélicos⁴⁹ significa buscar através destes meios o seguimento radical de Cristo na vida laical. Estas três dimensões essenciais da vida humana tocam a totalidade da pessoa em sua relação com Deus e com os outros. Além disso, se os conselhos são vividos de forma integrada e madura, levam à liberdade pessoal diante das escravidões oferecidas pelo mundo, a fim de estar livre para o serviço de Deus e dos outros como expressão e vontade de crescer na caridade.

e das Bem-aventuranças... são um resumo da vida e da pregação de Jesus. Estão também estreitamente unidas aos conselhos evangélicos e por isso fazem parte da promessa como uma atitude perante a vida, os bens materiais e o compromisso com a sociedade à luz da esperança cristã. “As bem-aventuranças são um programa de vida novo, que nos livra dos falsos valores do mundo e nos abrem aos verdadeiros bens presentes e futuros” (Bento XVI, *Angelus*, 30 de janeiro de 2011).

Segundo as Constituições da Ordem Secular dos Carmelitas Descalços, por três anos/toda a vida... o ideal do seguimento a Cristo se concretiza para o Carmelita Secular nas *Constituições*, às quais adere com a inteligência e a fidelidade. É importante que o tempo que transcorre entre a emissão da primeira Promessa e sua emissão definitiva haja uma firme intenção de permanecer no propósito de viver este ideal, buscando cada dia aprofundar e a busca de viver a perfeição da caridade por meio da oração, formação e participação ativa na Comunidade, bem como na missão da Igreja.

Confio filialmente minha Promessa à Virgem Maria, Mãe e Rainha do Carmelo. O Carmelo é todo de Maria; confiar a ela a Promessa manifesta a relação afetiva com a Mãe de Jesus, entregue a nós como Mãe do alto da Cruz. Os primeiros eremitas do Monte Carmelo já viviam em obséquio de Jesus e de sua Mãe; reconhecê-la como Mãe é ter um relacionamento próximo com ela, feito de confiança, reconhecendo seu constante patrocínio na história da Ordem, simbolizado pelo Escapulário recebido na Admissão. Reconhecê-la como Rainha –

49. Cf secção 3, acima.

título tradicional de veneração na Ordem- significa reconhecer em Maria quem esteve ao serviço do Reino do Filho com seu sim incondicional à vontade do Pai e em docilidade ao Espírito Santo; santa Teresinha dirá que Maria é “mais Mãe que Rainha”. Maria nos recorda que, enquanto batizados participamos do ofício real de Cristo, por meio do qual se busca vencer o domínio do pecado em si mesmo e nas estruturas sociais e buscar construir o Reino de Deus com o serviço da caridade, na justiça e na verdade.

ACEITAÇÃO

Depois da leitura da fórmula da Promessa é o momento da acolhida e aceitação oficial por parte do celebrante. Ele deseja em nome de todos a paz e a graça aos novos membros da Comunidade; o abraço da paz manifesta também o sentido de acolhida e de aceitação por parte de todos os membros da Comunidade.

A Missa segue com a liturgia eucarística e os que emitiram a Promessa levam ao altar os dons do pão e do vinho em sinal de união da oferta de si com a de Cristo.

ÍNDICE

A promessa e os votos na OCDS	pág.
1. Dos votos à promessa	pág.
1.1. O Manual de 1921	pág.
1.2. A Norma de vida (1979).....	
1.3. As Constituições (2003).....	
2. A promessa e os votos: viver o espírito dos conselhos evangélicos na vida laical....	
2.1. As promessas em geral	
2.2. Sentido da promessa na Ordem Secular.....	
2.3. Os votos	
3. Viver o espírito dos conselhos evangélicos e das Bem-aventuranças.....	
3.1. O espírito do conselho de castidade	
3.2. O compromisso da promessa de viver no espírito do conselho evangélico de pobreza....	
3.3. O compromisso de viver no espírito do conselho evangélico de obediência.....	
3.4. O compromisso de viver no espírito das Bem-aventuranças.....	
Juntos andemos Senhor	
Apêndice: O Rito da Promessa- Uma reflexão	